



acesso
cultura
access
culture

Debate

Acessibilidade: o que impede a boas práticas?

19 de Junho 2018

ÉVORA, Direcção Regional de Cultura do Alentejo (Rua dos Burgos)

Convidados: **Elsa Sousa**, Associação 29 de Abril; **Maria de Fátima Freitas**, Associação 29 de Abril; **Maria Paula Santos**, Biblioteca Municipal José Saramago de Beja; **Paulo Esperança**, Teatro Garcia de Resende – Câmara Municipal de Évora; **Helena Rocha**, Direcção Regional de Cultura do Alentejo (moderadora)

FUNCHAL, Museu de História Natural do Funchal

Convidados: **Carolina Sumares**, Arquitecta; **Filipe Gomes**, The One Line Design; **Manuela Aranha**, escultora; **Noélia Ferreira**, Professora; **Graça Faria**, Educação Especial (moderadora)

LISBOA, Fundação José Saramago

Convidados: **Diana Bastos Niepce**, bailarina e coreógrafa; **Martha Punter**, Accessible Portugal; **Pedro Mourão**, Comissão Nacional de Juventude Surda; **Raquel Banha**, artista; **Rodrigo Santos**, Jurista; **Maria Vlachou** (moderadora)

Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (uma colaboração com a Escola Superior de Educação de Setúbal)

LOULÉ, Museu de Loulé

Convidados: **Ana Rosa Sousa**, Museu de Loulé; **Rui Gonçalves**, Teatro das Figuras; **Teresa Valente**, Câmara de Faro; **João Serrão**, Câmara de Loulé (moderador)

PORTO, Teatro Carlos Alberto

Convidados: **Ana José Oliveira**, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira; **David Peres**, Médico Interno de Saúde Pública; **Francisca Carneiro Fernandes**, Gestora Cultural; **Isabel Barros**, Museu das Marionetas do Porto; **Alexandre Matos** (moderador)

Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (uma parceria com a Associação Laredo)

VILA NOVA DE FAMALICÃO, Galeria Municipal Ala da Frente

Convidados: **Ana Dora Borges** e **Edgar Ferreira**, EnvolvAr-te – Um por Todos; **Anquises Carvalho**, Associação dos Deficientes das Forças Armadas – Delegação de Vila Nova de Famalicão; **Augusto Silva**, Museu da Guerra Colonial; **Filipe Azevedo**, ACAPO – Delegação Distrital de Braga; **Maria do Rosário Ferreira**, Professora de Educação Especial do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco; **Mariana Jacob Teixeira**, Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão (moderadora)

Interpretação em Língua Gestual Portuguesa.

RESUMO

Legislação e Educação

- Os direitos das pessoas com deficiência não estão salvaguardados apenas na Lei da Acessibilidade, mas num conjunto de leis contra a discriminação, assim como na constituição portuguesa (Art.13º).

- Neste sentido, a lei não tem que especificar, por exemplo, que os assistentes pessoais devem poder entrar gratuitamente nos recintos, uma vez que uma pessoa não pode ser discriminada em função da sua deficiência.
- Falta tornar a deficiência mainstream e afirmar que este é um problema de toda a sociedade e não apenas das pessoas com deficiência. É uma questão de cidadania.
- Os decisores e legisladores devem consultar as pessoas com deficiência, não devem decidir sem elas por elas.
- Muitas barreiras físicas ainda a ultrapassar, a lei não é cumprida nem pelos arquitectos nem por quem faz a vistoria.
- Importância do desenho universal.
- Premência em analisar de forma séria e empenhada o modo como as questões da acessibilidade são trabalhadas na educação e a necessidade de uma mudança de mentalidade urgente que reflecta sobre a nossa forma de agir, enquanto cidadãos, na exigência de políticas que transformem as exigências formais associadas a uma visão fluída da acessibilidade. Um exemplo dado, muito apropriado, foi o da campanha dos cintos de segurança. Em tempos todos achavam desnecessário, mas hoje em dia as pessoas usam cintos de segurança sem qualquer questionamento da sua necessidade.
- Salientou-se a necessidade da abordagem da acessibilidade nas faculdades de arquitectura, de modo a sensibilizar os futuros profissionais para a sua obrigatoriedade.

Associações de pessoas com deficiência

- As pessoas com deficiência – e em especial as associações que as representam - devem também reivindicar mais.
- As entradas gratuitas aos espaços culturais não resolverem nada se não houver condições de acesso.
- Em muitos casos, não se trata de falta de meios, mas de falta de vontade. Há uma associação que representa pessoas com deficiência que não divulga a programação cultural acessível por não serem disponibilizadas entradas gratuitas. Porquê entradas gratuitas quando são garantidas as condições de acesso e mais ninguém entra gratuitamente?
- É urgente abandonar a postura da pessoa com deficiência que é uma “coitada” e que precisa de favores.

Tutelas e dirigentes de organizações culturais

- Importante sensibilizar os dirigentes das organizações culturais e garantir que não sejam dados passos atrás com a mudança de Conselhos de Administração, Directores, Gestores, etc.
- Importante sensibilizar igualmente equipas técnicas e artistas e proporcionar-lhes formação. É igualmente importante considerar as necessidades dos artistas com deficiência e dos técnicos com deficiência.
- Seria útil cada espaço ter um manual de boas práticas de acessibilidade.
- O que impede as boas práticas é o exercício coletivo das mesmas. E relacionando as práticas artísticas, são necessários projetos mais ousados e corajosos que desafiem as tendências do *mainstream*.
- A acessibilidade é transversal e tem que ser avaliada e desenvolvida através de boas práticas de forma profissional (a maior parte das vezes é tratada como uma coisa menor,

com base no amadorismo), porque quando falamos em acessibilidade estamos a falar em democracia. Tem que ser um processo que implique soluções de compromisso que envolvam todos, independentemente das suas limitações. E um processo de aprendizagem e crescimento mútuo que nos enriquece a todos.

- Necessidade de articulação entre as associações que trabalham sobre questões ligadas às acessibilidades e as instituições culturais no sentido de adotarmos uma postura mais proactiva, criando uma base robusta de conhecimento e sinergias que potenciem respostas concertadas, visto que independentemente da barreira e da limitação existente, a inacessibilidade afeta-nos a todos de igual modo.
- Foi dado destaque às melhorias conseguidas graças à formação das equipas dos equipamentos culturais para as questões da acessibilidade.

Problemas recorrentes

- As pessoas com deficiência perdem muito tempo para tentar verificar as condições de acesso (percurso acessível, bilheteira e preços, serviços de acessibilidade). Esta informação deveria estar online, disponível, detalhada e clara. Muitos espaços culturais comportam-se como se fossem uma ilha, não partilham informação essencial.
- Não é permitido ao assistente pessoal entrar gratuitamente.
- As pessoas com deficiência não têm acesso a todos os escalões do preço de um espectáculo, apenas aos lugares mais caros.
- Falta de queixas da parte das pessoas com deficiência e das associações que as representam.
- Quando existem queixas, falta de respostas efectivas da parte dos organismos do Estado, organizações culturais e associações.